

"As perdas sociais ainda não aconteceram na escala da crise", diz o economista Marcelo Neri



Foto: presidente do Ipea / Agência Brasil

Um dos mais respeitados especialistas em políticas públicas voltadas para a distribuição de renda no Brasil, Marcelo Neri é considerado uma espécie de "embaixador da Classe C" no país por ter sido o primeiro a apontar, através de estudos, a ascensão de uma nova classe média brasileira. Ainda na década de 1990, quando atuava no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), coordenou extenso trabalho que comprovava a diminuição da pobreza pelo Plano Real, contrariando à época o prognóstico de economistas vinculados aos círculos petistas. PhD em economia pela Universidade de Princeton (EUA), autor do livro A Nova Classe Média — O Lado Brilhante da Base da Pirâmide, o economista carioca de 53 anos assumiu importantes posições durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Foi presidente do Ipea por quase dois anos e também foi ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, de onde saiu em fevereiro de 2015 para voltar ao comando Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Como a classe C tem se comportado frente à crise?

Se mostrou até bastante resiliente levando-se em conta que vivemos uma crise grave e que a economia brasileira vem andando de lado desde 2011. Até 2014, passamos pelo que nos Estados Unidos chama-se jobfull stagnation, uma estagnação cheia de postos de trabalho, de empregos. Obviamente em 2015 a recessão chega com mais força e o desemprego cresce. Mas durante um bom período houve este descompasso entre a piora nos

indicadores econômicos e a estabilidade na renda das pessoas.

A crise hoje é disseminada. Enfrentamos uma recessão forte, inflação alta, restrição de crédito e desemprego subindo. O que é mais pernicioso para a população nesta faixa de renda?

Todas são problemáticas, mas se formos fazer uma cronologia dos avanços sociais e econômicos, o principal símbolo dessa nova classe média não é a casa própria, a faculdade ou o carro zero, e sim a carteira de trabalho. Mas um aspecto que tem passado um tanto despercebido é que apesar da inflação estar acima dos dois dígitos e o desemprego estar chegando lá, a massa de rendimentos das pessoas se manteve relativamente estável até meados de 2015. A classe C é filha dessa combinação: aumento da renda acima do PIB e da redução da desigualdade. Isso foi revertido pela primeira vez, desde a virada do século, no terceiro trimestre do ano passado, mas surpreendente ainda estamos próximos ao topo.

É exagero dizer que com avanço rápido do desemprego a classe C está à beira do precipício?

Gosto bastante dessa metáfora. Ano passado até descemos um barranco, mas ainda estamos agarrado às rochas. As perdas sociais ainda não aconteceram na escala da crise. Apesar de todo o problema de desemprego e inflação a renda das pessoas se manteve. Estamos próximos ao topo e ao mesmo tempo à beira do precipício. E a queda é grande porque é muito mais difícil perder o que você tinha do que você conquistar alguma coisa que você nunca teve.

Publicidade

Até quando vamos conseguir ficar agarrados às rochas?

Com a crise política, o debate econômico praticamente ficou de lado e o aspecto social, que havia tido um certo destaque na última década, ficou relegado ao último plano. Não só da pouca preocupação das consequências da crise na vida das pessoas, mas também no sentido de criar mecanismos de proteção aos mais pobres.

O ano de 2015 foi de ruptura?

No final de 2015 houve uma inflexão importante: o aumento da desigualdade, que vinha diminuindo desde 1996. Eu diria que até 2014 caiu a pobreza. Tudo bem que foi um ano de eleição e que ano de eleição não passa em teste de anabolizante. Mas mesmo assim: a queda no PIB foi quase três vezes maior do que a queda de renda. Eu diria que o brasileiro tem sido resiliente, mas acho que a situação chegou em um limite.

Como o ajuste fiscal vai bater na já fragilizada classe C?

Acho que hoje estamos em uma armadilha fiscal muito séria e não é uma restrição de curto prazo. O Bolsa Família, por exemplo, não é reajustado nominalmente desde maio de 2014, enquanto tivemos reajuste forte do salário mínimo, dos benefícios previdenciários. Um instrumento que foi fundamental para a redução da pobreza como o Bolsa Família está sendo revertido em uma velocidade rápida porque a inflação é alta e destrói o poder de compra. Estamos em um processo de aumento na desigualdade, não só pelas vias do mercado de trabalho, como os dados do último trimestre mostram, mas também pelo canal fiscal.

O governo consegue zerar o déficit sem corte de programas sociais?

O pior problema é que não reajustar o Bolsa Família não gera nenhuma economia de fato. O investimento é pequeno em relação ao PIB e tem um impacto devastador na pobreza. Uma agenda fiscal e de reformas é absolutamente importante, não podemos virar as costas para ela. Senão acabaremos tendo o pior ajuste possível que é justamente esse feito sobre os mais pobres. Estamos tendendo a penalizar muito mais os pobres do que deveríamos.

A imprensa tem noticiado com certa frequência o perfil elitista do público que foi às ruas pedir o impeachment da presidente Dilma. A classe C estava satisfeita com o governo?

Não é que a classe C não estivesse lá, ela estava sub-representada. Realizamos um estudo durante as manifestações de 2013 e aponte isso à época: eram pessoas que trabalham, tem plano de saúde privado e a renda um pouco maior, mas com contas em atraso. Em resumo: pessoas que tinham um certo nível, mas com

dificuldade de pagar as próprias contas. De lá para cá, a situação deteriorou-se bastante e o governo perdeu o apoio que tinha nas classes mais baixas. Agora entram esses dois dados novos que é a queda na renda do trabalho e o aumento do desemprego.

Com esta situação mais pessoas serão levadas para a base da pirâmide?

Um aumento do desemprego de 8 pontos percentuais para 10 pontos percentuais é um aumento de 25%. Mas a taxa de desocupação da População Economicamente Ativa (Pea) caiu de 92% para 90%, não é nenhuma catástrofe. Não é uma desgraça nacional. Houve na verdade uma resiliência até certo ponto e acho que continua, mas já há sinais de queda (de renda) das pessoas, principalmente das mais pobres. Precisamos proteger os mais pobres da crise, como foi em 1999 com o Bolsa-Escola e em 2003 com o Bolsa-Família, momentos comparáveis ao atual, com a diferença que agora já houve aumento na desigualdade.

Dá para ver uma saída para crise?

Se tem uma lição que a gente toma desses outros episódios é que a recuperação aconteceu de maneira rápida. Não é hora de fazer projeção e sim de olharmos com atenção. A nossa situação estrutural não é pior que a argentina e olha que os hermanos são bem pessimistas com eles mesmos. Perdemos em crescimento, renda das pessoas e equidade, mas talvez a grande perda foi a estabilidade, conquistada com o plano Real e a carta aos brasileiros.

Como esta queda no emprego formal afeta o empreendedorismo?

Foi uma coisa que demorei a entender nos últimos anos: quanto mais aumentava o trabalho formal, mais caía o empreendedorismo. Na verdade, diminuía o "empreendedorismo de subsistência". O brasileiro realizou seu grande sonho que era ter uma carteira de trabalho assinada. Em cada esquina, você tinha dois vendedores de cachorro-quente e com a expansão do mercado de trabalho passou a ter só um. Agora estamos vivendo o oposto disso. Estamos colocando uma terceira carrocinha na esquina, onde mal cabia uma. É um empreendedorismo às avessas. Muito mais um paraquedas do que um trampolim de ascensão social.